



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC nas Regiões 01, 04, 05 e 06, com uma aplicação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

O presente serviço busca manter as condições de higiene dos imóveis do TRESC, mantendo-os livres de pragas como insetos e animais que possam trazer risco a segurança e saúde dos usuários. Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro ou casos das pragas mencionadas.

2.2. Objetivos e Benefícios

A presente contratação visa a manutenção das condições de higiene desses imóveis mantendo a salubridade dos ambientes, com a mínima intervenção possível, afastando a possibilidade de incidência de formigas, baratas, aranhas, e ratos em todos os imóveis sob a responsabilidade do TRESC.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntados no PAE n.3.105/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla imóveis próprios e locados sob a responsabilidade do TRESC. Os locais para execução dos serviços foram divididos em regiões que correspondem a um conjunto de cidades geograficamente próximas, conforme apresentado a seguir:

- Item 01 – Região 01:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	zona002@tre-sc.jus.br
2	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
3	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
5	FLORIANÓPOLIS	1905	Rua São Francisco, 234, Centro, 88015- 140	12	48 3248 6609 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3222 8739 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3224 6751 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionamen- to)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
7	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	cqi-sa@tre-sc.jus.br
				29	48 3259 7187 / 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
				84	48 3259 6932 / 48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
11	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3263 0698 / 48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br

- Item 02 – Região 04:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
40	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 2000 - 89270-000	60	47 3373 0967 / 47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
41	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanzner, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791 / 47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183 / 47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
				87	47 3275 1819 / 47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
43	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023 / 47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
				76	47 3433 9355 / 47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
				95	47 3433 8671 / 47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
				96	47 3422 1354 / 47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
				105	47 3433 6433 /	zona105@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

					47 988352259	sc.jus.br
44	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987 / 47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
45	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292 / 47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
46	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332 / 42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br
47	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838 / 47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	47 3633 4236 / 47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355 / 47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br

- Item 03 – Região 05:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322 / 49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
51	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575 / 49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br
52	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087 / 49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
53	CAMPOS NOVOS	232,24	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104 / 49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
54	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533 / 49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
55	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580-000	77	49 3246 3013 / 49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
56	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316 / 49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
				93	49 3222 8312 / 49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
				104	49 3222 8317 / 49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	49 988054298 / 49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

58	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088 / 49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
59	TANGARÁ	68,45	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024 / 49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br
60	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378 / 49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br

- Item 04 – Região 06:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000	71	49 3445 4625 / 49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
62	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225 / 49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
63	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459 / 49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232 / 49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
				94	49 3323 5445 / 49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
65	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezu, N. 69, Térreo - 89700-194	9	49 3444 7198 / 49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
				90	49 3444 5970 / 49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br
66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446 / 49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
67	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207 / 49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br
68	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246 / 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	49 3521 3060 / 49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
69	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856 / 49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br
70	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504 / 49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
71	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539 / 49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
72	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	49 3366 1822 / 49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

73	PONTE SERRADA	100	Av. XV de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004 / 49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
74	QUILOMBO	80,14	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 SI5 Ed Dom Victório - 89850-000	78	49 3346 3361 / 49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
75	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038 / 49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
76	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	49 3344 1255 / 49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br
77	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	49 3621 0886 / 49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
				82	49 3621 1016 / 49 988033111	zona082@tre-sc.jus.br
78	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763 / 49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056 / 49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358 / 49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa especializada para execução de desinsetização e desratização dos imóveis próprios e locados sob responsabilidade do TRESC nas Regiões 01, 04, 05 e 06, com uma aplicação.

Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registro das pragas mencionadas.

A contratação será para 1 (uma) aplicação, considerando-se o período de garantia de 6 (seis) meses.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A presente contratação poderá ser parcelada em grupo de itens que correspondem às 4 (quatro) regiões definidas no Anexo II deste Projeto Básico, ou seja, cada item poderá ser adjudicado por licitantes diferentes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o serviço nas condições estipuladas pelo TRESC.

2.10.1. Critérios de Habilitação

- a) Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto no Art. 5º da RDC 52 da ANVISA.
- b) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste Projeto Básico.
 - i. O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
 - a. Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
 - b. Informação do local e data de expedição do atestado;
 - c. Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- c) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
- d) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.
 - i. Entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:
 - a. Empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 - b. Sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
 - c. Gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;
 - d. Responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Conselho de Classe, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e
 - e. No caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Conselho de Classe.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

licitação; e

- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

A presente licitação poderá ser destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em se aplicando os termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se que a modalidade da licitação seja o Pregão Eletrônico do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante, em especial a Resolução 307 do CONAMA.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização / economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Reciclagem / destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- e) Descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com a legislação ambiental e sanitárias vigentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para preservação de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação de serviços.

2.13. Conformidade Técnica

Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES-SC, de 04 de janeiro de 1996, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado) ou norma(s) que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através dos respectivos e-mails e/ou telefones listados nas tabelas do Anexo II;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) Realizada pelo representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

O Contratante deverá cumprir com as seguintes obrigações durante a vigência do Contrato:

- 2.15.1. Autorizar o início dos serviços.
- 2.15.2. Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.
- 2.15.4. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.5. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

A Contratada ficará obrigada a:

- 2.16.1. Executar o objeto proposto nessa contratação nas condições estipuladas neste Projeto Básico e seus anexos.
- 2.16.2. Apresentar antes de firmado o Contrato, em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e as respectivas comprovações de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde:
 - a) Entregar juntamente com a lista as instruções escritas alertando sobre a toxicidade dos produtos utilizados, indicando os cuidados a serem observados antes, durante e depois da aplicação, principalmente com crianças e pessoas alérgicas, bem como as orientações para primeiros socorros.
- 2.16.3. Apresentar, antes de firmado o Contrato, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação que lhe será entregue com este fim, o visto no respectivo Conselho Regional de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a legislação vigente, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no Conselho de origem.
- 2.16.4. Tomar as seguintes providências em até 10 (dez) dias a contar do recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:
 - a) Apresentar licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto no Art. 5º da RDC 52 da ANVISA.
 - b) Apresentar comprovação que a empresa possui contrato de coleta, transporte e de destino final das embalagens, conforme previsto no Art. 14º da RDC 52 da ANVISA; com apresentação conjunta da LAO (Licença Ambiental de Operação) da empresa que irá realizar o tratamento dos resíduos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelo serviço contratado, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou ART ou AFT, ou documento similar de acordo com o Conselho Profissional que esteja vinculado, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
 - d) Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART(s), AFT(s) ou documento similar do profissional responsável técnico pelos serviços contratados, devidamente registrada no respectivo Conselho Regional, de execução dos serviços deste Projeto Básico.
 - e) Designar um representante legal da empresa, com poderes para resolução de possíveis ocorrências e quaisquer eventuais problemas que possam surgir durante a vigência do Contrato, informando também telefones, e-mail e outros meios de comunicação para contato com o mesmo.
 - f) Realizar uma aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP após o cumprimento das obrigações previstas no item 2.16.4;
- 2.16.5. Executar o serviço nas dependências de cada imóvel, no endereço indicado neste Projeto Básico ou no novo endereço, se houver mudança, devendo agendar previamente com a Seção de Manutenção Predial a realização dos serviços nos prédios Sede, Anexos e Depósito Central, preferencialmente, por meio do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br ou pelo telefone (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3875; e relativamente aos Cartórios Eleitorais, com os respectivos Chefes de Cartório ou seus substitutos, com no mínimo uma semana de antecedência, nos e-mails e/ou telefones constantes do Anexo II.
- 2.16.6. Executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual, inclusive em relação aos profissionais que serão destacados pelo TRESC para acompanhamento dos serviços.
- 2.16.7. Executar os serviços em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de 2009 e a Portaria n. 0021/SES-SC, de 04 de janeiro de 1996, ou normas posteriores que as venham substituir.
- 2.16.8. Utilizar produtos domissanitários com registro no Ministério da Saúde, não corrosivos, incolores de ação tóxica de baixo risco ao ser humano, de longo efeito residual. As iscas usadas devem conter substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir ingestão acidental.
- 2.16.9. Realizar a aplicação interna e externa na mesma data agendada para realização dos serviços, salvo em casos de força maior, onde deverá ser agendado nova data para conclusão do serviço sem ônus para o Contratante.
- 2.16.10. Garantir os serviços pelo período de 06 (seis) meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESC.
- 2.16.11. Executar novamente os serviços, dentro do prazo de garantia, às suas expensas, no todo ou em parte, caso não apresentem os resultados esperados, em até 10 (dez) dias úteis contados da notificação do gestor do contrato.
- 2.16.12. Fornecer comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.16.12.1. O comprovante/certificado deverá ser afixado em local visível em cada edificação.
- 2.16.13. Utilizar produtos e materiais de primeira qualidade e que não ofereçam riscos à saúde humana.
- 2.16.14. Recomendar aos respectivos gestores do contrato, quando for o caso, a adoção de ações para combate a infestações específicas, bem como a eles relatar toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do contrato, registrando todas as informações necessárias para seu esclarecimento.
- 2.16.15. Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional.
- 2.16.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 2.16.17. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- 2.16.18. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.19. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

O serviço de desinsetização abrange principalmente a prevenção contra incidência de baratas, formigas e aranhas.

Deverá ser realizada 01 (uma) aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.

Nos ambientes internos deverá ser utilizado gel com o princípio ativo “Imidacloprid”, de modo que não haja empecilhos para posterior ocupação. Nos ambientes externos deverá ser realizada a pulverização do produto nas áreas críticas definidas pelo aplicador, sendo obrigatória a aplicação no interior das caixas de gordura, de esgoto e ralos.

A desratização deverá se dar através do uso de iscas e, se necessário, pó de contato. As iscas utilizadas na desratização deverão possuir poder fulminante e impedir que os animais mortos exalem odor decorrente de decomposição.

A constatação da qualidade dos serviços especializados deve se dar durante a execução contratual, com atendimento aos procedimentos técnicos específicos e tendo como efeito a ausência de formigas, baratas, aranhas, e ratos, nos imóveis sob a responsabilidade do TRESC após a realização dos serviços e no período de garantia de 6 (seis) meses.

Os serviços deverão estar em conformidade com a RDC n. 52/MS/ANVISA, de 22 de outubro de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2009 e a Portaria n. 0021/SES, de 04 de janeiro de 1996, Normas ABNT 15584-1/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Terminologia) e 15584-2/2008 (Controles de vetores e pragas urbanas – Manejo integrado), ou normas posteriores que as venham substituir, além das demais orientações dos fabricantes e legislação vigente, no que couber.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a essa contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

O código SIASG da contratação é 3417.

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a essa contratação.

Florianópolis, em 28 de março de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A Contratada deverá realizar 01 (uma) aplicação de desinsetização e desratização em todos os imóveis do TRESC listados no Anexo II no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da autorização enviada pela Seção de Manutenção Predial – SMP.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico. Não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC. Como também, deve manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica a cargo da Seção de Manutenção Predial a autorização para o início dos serviços e a orientação aos responsáveis pelos imóveis quanto ao agendamento prévio e demais providências a serem tomadas para a realização dos serviços.

A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento da nota de empenho à parte contratada; a publicação da nota de empenho e do Contrato no site do TRESC; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão da Contratação e demais partes interessadas; a anotação do termo final para entrega do objeto; o registro dos dados da contratação em bancos de dados próprios; e o registro das providências adotadas no Processo Administrativo Eletrônico que originou a contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser previamente agendados, devendo ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e finais de semana, de modo a não interferir nas atividades da Justiça Eleitoral durante o expediente. Outros horários poderão ser combinados a critério dos Chefes de Cartório em cada localidade.

As áreas aproximadas dos imóveis e respectivas localizações estão indicadas no Anexo II deste Projeto Básico. Caso haja mudança no endereço dos Cartórios a empresa deverá executar os serviços nos novos endereços.

1.3. Instrumentos Formais

Os instrumentos formais oriundos da presente contratação são os descritos a seguir:

- a) Certificado de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do contratante; endereço do(s) imóvel(is) onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; data da execução; número do telefone do centro de informação toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da contratada;
- b) O próprio contrato ou nota de empenho emitidos para formalizar a contratação, e,
- c) Demais documentos que registrem ocorrências no recebimento dos serviços, que podem ser materializados por meio de correio eletrônico ao fornecedor, à Seção de Gerenciamento de Contratações e à Secretaria de Administração e Orçamento, bem como a própria atestação do recebimento do bem.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.4. Prazos de Garantia

O prazo de garantia do serviço é de 6 (seis) meses, considerando, se necessário for, reaplicação e troca de iscas.

O acionamento e o acompanhamento da empresa para prestação do serviço de garantia é reponsabilidade dos gestores do contrato durante a sua vigência:

- a) Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central: Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato,
- b) Cartórios Eleitorais: respectivos Chefes de Cartório, ou seus substitutos.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização do Contrato serão exercidos pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto, ou seu superior imediato, referente aos Edifícios Sede, Anexos I e II e Depósito Central. Em relação aos Cartórios Eleitorais, o acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos diretamente pelo(s) respectivo(s) Chefe(s) de Cartório, ou seu(s) substituto(s), individual ou coletivamente, em conformidade com o art. 67 da Lei n.8.666/1993.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) Aprovar materiais e/ou equipamentos similares propostos pela Contratada, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) Determinar a suspensão da execução dos serviços, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, preferencialmente, através do e-mail cis-smp@tre-sc.jus.br, ou pelos telefones (48) 3251-3838 ou (48) 3251-3785.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

A empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

- a) Licença ou Alvará Sanitário de Funcionamento, emitido por órgão responsável pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme previsto no Art. 5º da RDC 52 da ANVISA.
- b) Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste Projeto Básico.
- i. O(s) atestados deve(m) permitir a obtenção das seguintes informações:
- a. Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b. Informação do local e data de expedição do atestado;
- c. Descrição da data de início e, se for o caso, do término da prestação dos serviços referenciados no documento.
- c) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao Conselho Federal ou Regional do seu responsável técnico, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
- d) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível médio profissionalizante técnico agrícola ou um profissional de nível superior com formação nos seguintes cursos: Biologia, Engenharia (agrônoma, florestal, química), Farmácia, Veterinária ou Química – legalmente habilitado junto ao respectivo Conselho de Classe, que será o Responsável Técnico pela prestação dos serviços.
- i. Entende-se como pertencente ao quadro permanente da empresa o proprietário, o empregado, o sócio, o diretor ou o responsável técnico, cuja comprovação será feita mediante a apresentação dos documentos abaixo:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a. Empregado: cópia autenticada ou da ficha ou livro de registro de empregado, registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b. Sócio: cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
- c. Gerente ou diretor: cópia autenticada do contrato social, em se tratando de sociedade limitada ou cópia autenticada do ato de eleição devidamente publicado, para sociedade anônima;
- d. Responsável técnico: cópia autenticada da certidão expedida pelo Conselho de Classe, onde conste o registro do profissional indicado como responsável técnico; e
- e. No caso de profissional autônomo, contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e no Conselho de Classe.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2. As sanções previstas no subitem 1.11 e 1.11.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.5. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.6.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.6.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.6.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.6.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESA, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.7. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.8. As sanções estabelecidas no subitem 1.11 e na alínea “c” do subitem 1.11.7 são de competência do Presidente do TRESA.

1.11.9. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25%



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso ou, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.9.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.9, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.9.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.10. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.7, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.11. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.11.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.11.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.11.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea "c" do subitem 1.11.7 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Regiões e locais onde serão realizados os serviços

- Item 01 – Região 01:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
1	BIGUAÇU	120	R Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152	2	48 3243 1103	zona002@tre-sc.jus.br
2	FLORIANÓPOLIS	6259	Rua Esteves Júnior 68, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Sede	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
3	FLORIANÓPOLIS	1950	Rua Esteves Júnior 80, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo I	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
4	FLORIANÓPOLIS	622	Rua Esteves Júnior 157, Centro, CEP 88015-130.	Ed. Anexo II	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
5	FLORIANÓPOLIS	1905	Rua São Francisco, 234, Centro, 88015-140	12	48 3248 6609 / 48 988099474	zona012@tre-sc.jus.br
				13	48 3222 8739 / 48 988113336	zona013@tre-sc.jus.br
				100	48 3224 6751 / 48 988099297	zona100@tre-sc.jus.br
6	PALHOÇA	5.098 (mais 3.500 m² de estacionamento)	Servidão Antônio José Guarezi, n. 130, Bairro Jardim Eldorado – CEP 88133-902	Depósito Central	48 3251-3838 / 3251-3785	cis-smp@tre-sc.jus.br
7	PALHOÇA	227,64	R Najla Carone Guedert, N. 951, Parque Residencial Pagani - 88132-150	24	48 3242 4528 / 48 988129773	zona024@tre-sc.jus.br
8	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	200	Rua Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000	67	48 3245 1885 / 48 988067384	zona067@tre-sc.jus.br
9	SÃO JOÃO BATISTA	224,37	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92 - Térreo - 88240-000	53	48 3265 0459 / 48 988054840	zona053@tre-sc.jus.br
10	SÃO JOSÉ	905,58	Av Beira-Mar de São José, Esquina Com Luiz Fagundes - 88103-500	Arquivo Central	48 3251-3828	cqi-sa@tre-sc.jus.br
				29	48 3259 7187 / 48 988137195	zona029@tre-sc.jus.br
				84	48 3259 6932 / 48 988082982	zona084@tre-sc.jus.br
11	TIJUCAS	120	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. - 88200-000	31	48 3263 0698 / 48 988137758	zona031@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Item 02 – Região 04:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
40	GUARAMIRIM	200	Rua 28 de Agosto, N. 2000 - 89270-000	60	47 3373 0967 / 47 988175446	zona060@tre-sc.jus.br
41	ITAIÓPOLIS	140	Rua Carril Pflanze, N. 69, Centro - 89340-000	38	47 3652 2791 / 47 988156178	zona038@tre-sc.jus.br
42	JARAGUÁ DO SUL	417,02	Rua Angelo Schiochet, N. 90 - 89251-520	17	47 3275 1183 / 47 988136047	zona017@tre-sc.jus.br
				87	47 3275 1819 / 47 988242394	zona087@tre-sc.jus.br
43	JOINVILLE	689	R Jaguaruna, 38 - Centro - 89201-450	19	47 3433 7023 / 47 988139344	zona019@tre-sc.jus.br
				76	47 3433 9355 / 47 988191530	zona076@tre-sc.jus.br
				95	47 3433 8671 / 47 988298312	zona095@tre-sc.jus.br
				96	47 3422 1354 / 47 988324236	zona096@tre-sc.jus.br
				105	47 3433 6433 / 47 988352259	zona105@tre-sc.jus.br
44	MAFRA	112	Avenida Coronel José Severiano Maia, 548 - 89300-000	22	47 3642 5987 / 47 988142276	zona022@tre-sc.jus.br
45	PAPANDUVA	92,54	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10 e 11 - 89370-000	81	47 3653 2292 / 47 988216846	zona081@tre-sc.jus.br
46	PORTO UNIÃO	170	R Matos Costa, 344 - 89400-000	25	42 3523 3332 / 42 988114037	zona025@tre-sc.jus.br
47	RIO NEGRINHO	94	R Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000	74	47 3644 1838 / 47 988188795	zona074@tre-sc.jus.br
48	SÃO BENTO DO SUL	186,52	R Henrique Schwarz, N. 554, S.4 - 89280-115	30	47 3633 4236 / 47 988151580	zona030@tre-sc.jus.br
49	SÃO FRANCISCO DO SUL	207	R Barão do Rio Branco, 377, Sl. 300 - 89240-000	27	47 3444 1355 / 47 988151072	zona027@tre-sc.jus.br

- Item 03 – Região 05:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
50	ANITA GARIBALDI	114,65	Avenida Eduardo Salmoria 485 - 88590-000	52	49 3543 0322 / 49 988054821	zona052@tre-sc.jus.br
51	BOM RETIRO	107,39	R Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. - 88680-000	4	49 3277 0575 / 49 988000239	zona004@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

52	CAÇADOR	199,73	R Victor Baptista Adami, 919, Sala 01 - 89500-196	6	49 3563 0087 / 49 988001815	zona006@tre-sc.jus.br
53	CAMPOS NOVOS	232,24	R Danúzia Bess, 434, Edifício Majestic, 2 Andar - 89620-000	7	49 3541 1104 / 49 988006780	zona007@tre-sc.jus.br
54	CURITIBANOS	197,51	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000	11	49 3241 0533 / 49 988010199	zona011@tre-sc.jus.br
55	FRAIBURGO	141,28	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03 - 89580- 000	77	49 3246 3013 / 49 988699568	zona077@tre-sc.jus.br
56	LAGES	257	Avenida Belisário Ramos, 3800, Edifício Lages Business Cente - 88502-100	21	49 3222 8316 / 49 988017273	zona021@tre-sc.jus.br
				93	49 3222 8312 / 49 988712360	zona093@tre-sc.jus.br
				104	49 3222 8317 / 49 988718569	zona104@tre-sc.jus.br
57	SANTA CECÍLIA	157,5	Av Xv de Novembro S/n Esq. Rua Antonio Carlos de Medeiros 5 - 89540-000	51	49 988054298 / 49 988054298	zona051@tre-sc.jus.br
58	SÃO JOAQUIM	349,77	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, N.13 - 88600-000	28	49 3233 2088 / 49 988019387	zona028@tre-sc.jus.br
59	TANGARÁ	68,45	Avenida Irmãos Piccoli, N. 220, Sala 106 e 107, Centro - 89642-000	47	49 3532 1024 / 49 988048752	zona047@tre-sc.jus.br
60	VIDEIRA	201	Rua Saul Brandalise, N.1531, Edifício San Francisco, Sala 03 - 89560-290	36	49 3533 2378 / 49 988028840	zona036@tre-sc.jus.br

• Item 04 – Região 06:

Item	Municípios	Área aproximada (m²)	Endereço	Local / Zona Eleitoral	Telefone	E-mail
61	ABELARDO LUZ	120	Avenida Pe. João Smedt, 1274 - 89830- 000	71	49 3445 4625 / 49 988693616	zona071@tre-sc.jus.br
62	CAMPO ERÊ	125	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2, - 89980-000	69	49 3655 1225 / 49 988061505	zona069@tre-sc.jus.br
63	CAPINZAL	90	Rua Narciso Barison, 171 - 89665-000	37	49 3555 2459 / 49 988031048	zona037@tre-sc.jus.br
64	CHAPECÓ	546,59	Av. Nereu Ramos, N. 1841-e - 89805-018	35	49 3323 2232 / 49 988021312	zona035@tre-sc.jus.br
				94	49 3323 5445 / 49 988714742	zona094@tre-sc.jus.br
65	CONCÓRDIA	285	R Ângelo Ari Biezus, N. 69, Térreo - 89700- 194	9	49 3444 7198 / 49 988008703	zona009@tre-sc.jus.br
				90	49 3444 5970 / 49 988708504	zona090@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

66	DIONÍSIO CERQUEIRA	257	Av Santa Catarina, 218 - 89950-000	50	49 3644 0446 / 49 988695311	zona050@tre-sc.jus.br
67	ITAPIRANGA	158,4	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi - 89896-000	65	49 3677 0207 / 49 988060670	zona065@tre-sc.jus.br
68	JOAÇABA	210	Av Xv de Novembro, 12 - Térreo - Sala 02 - 89600-000	18	49 3522 1246 / 49 988012612	zona018@tre-sc.jus.br
				85	49 3521 3060 / 49 988703813	zona085@tre-sc.jus.br
69	MARAVILHA	163,59	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000	58	49 3664 0856 / 49 988058419	zona058@tre-sc.jus.br
70	MODELO	165	Rua Xv de Novembro, 476 - 89872-000	83	49 3365 3504 / 49 988058765	zona083@tre-sc.jus.br
71	PALMITOS	206,43	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2 - 89887-000	41	49 3647 0539 / 49 988036769	zona041@tre-sc.jus.br
72	PINHALZINHO	154,47	Avenida Capitão Anizio, 1.037 - 89870-000	66	49 3366 1822 / 49 988061055	zona066@tre-sc.jus.br
73	PONTE SERRADA	100	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon - 89683-000	63	49 3435 0004 / 49 988059976	zona063@tre-sc.jus.br
74	QUILOMBO	80,14	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 S15 Ed Dom Victório - 89850-000	78	49 3346 3361 / 49 988702063	zona078@tre-sc.jus.br
75	SÃO CARLOS	260	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01 - 89885-000	70	49 3325 4038 / 49 988692545	zona070@tre-sc.jus.br
76	SÃO LOURENÇO DO OESTE	224,5	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista - 89990-000	49	49 3344 1255 / 49 988050898	zona049@tre-sc.jus.br
77	SÃO MIGUEL DO OESTE	150	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser - 89900-000	45	49 3621 0886 / 49 988041961	zona045@tre-sc.jus.br
				82	49 3621 1016 / 49 988033111	zona082@tre-sc.jus.br
78	SEARA	233,72	Rua Sétimo Casarotto, N. 98. Sala 2. - 89770-000	61	49 3452 4763 / 49 988059529	zona061@tre-sc.jus.br
79	XANXERÊ	206	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1 - 89820-000	43	49 3433 5056 / 49 988037396	zona043@tre-sc.jus.br
80	XAXIM	180	R. Rio Grande, N. 653 - 89825-000	48	49 3353 1358 / 49 988049984	zona048@tre-sc.jus.br